

NOME: LEILA MARIA FRANCO

TÍTULO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DAS BENEFICIÁRIAS

AUTORES: LEILA MARIA FRANCO, LEILA MARIA FRANCO

PALAVRA CHAVE: Análise do discurso. Bolsa Família. Beneficiárias. Política Antipobreza.

#### RESUMO

Este estudo objetiva mostrar o discurso das beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), inserido na Política Antipobreza de Transferência de Renda, no governo Lula. Pela sua relação fundamental com o político, a Análise do Discurso (AD) em Pêcheux (1981, 2008) e Orlandi (2001b) é o dispositivo teórico escolhido, uma vez que possibilita mostrar as especificidades históricas-políticas, na condição de objetos simbólicos, a fim de questionar os sentidos que tal discurso produz no contexto histórico de implantação do Programa Bolsa Família e as bases que o sustenta, a saber: (i) Que interlocução a discursividade das beneficiárias faz com a Lei e o Decreto que instituem o PBF? (ii) De que lugar a posição-sujeito-beneficiária discursiva? (iii) Que discursividades se inscrevem no discurso das beneficiárias? Que imagens projetam de si e do Estado? (iv) O que está silenciado, sujeito a equívoco na discursividade da posição-sujeito-beneficiária? O corpus inclui entrevistas com 10 (dez) beneficiárias do Programa Bolsa Família, cadastradas no CRAS (Bairro Abadia), da cidade de Uberaba, Minas Gerais, no período de 18 a 29 de janeiro de 2010. Ao mostrar o funcionamento discursivo das sequências discursivas, verifico que o grande ponto nas entrevistas foi constatar o que é possível quando apagamos os modos de produção do Estado Assistencialista Neoliberal. Aqui, encontro justamente as posições-sujeito-beneficiárias se dizendo que vêm desse lugar de necessitado, de menos, de falta (a gente tava passando dificuldade / eu não tenho como trabalhá direito (B1) /... então... isso num dá mesmo (B6) / igual eu tenho dois menino que toma remédio i eles num trabaia... (B8); e daí o imaginário da negação da posição-sujeito-cidadã. Há também, o lugar do equívoco que precisa ser pontuado. Ou melhor: o seu apagamento e, por isso, tem as consequências que tem: a assistência. Tanto é que as beneficiárias se significam, aliás, desse lugar da ajuda (ajuda muito; ajuda muita gente (B1) / uma ajuda boa; já me ajuda (B2) / ajuda muito a gente (B4) / o que a gente ganha ajuda né (B9). Logo, o grande termo é ajudar e a possibilidade de ajudar mostra que essa posição-sujeito não é significada, uma vez que o sujeito se mergulha cada vez mais na assistência. Em outras palavras, o benefício recebido não é significado como de direito, mas de ajuda, é assistência. E essa é a grande perversidade do assistencialismo. Portanto, a posição-sujeito-beneficiário se significa desse lugar que deve ser assistido. Ela já está nesse lugar, do não trabalho, do não ter/possuir, do não mercado. E, daí, o reforço das condições de produção do Neoliberalismo – um modo de exploração constitutivo: a produção da miséria como lugar de caridade. Mesmo quando a posição-sujeito-beneficiário (B6) parece reivindicar, ela não se desloca da condição de assistido/necessitado. Na verdade, clama mais assistência (eu teria o direito de recebê os 100,00 ou 120,00 né... mas só que nunca foi repostos [...] eles colocaram 66,00 reais depois de eu muito procurá; não dá pra comprá... assim o básico; se a gente fô olhá prá combatê a fome... a miséria... só esse dinheiro do Bolsa Família não dá não (B6)). Há um reforço do sou necessitado de ficar na posição de necessitado. E isso é também o equívoco funcionando, do mesmo modo, nessas posições-sujeito, a ponto de agradecer (agradeço o Bolsa Família (B5)) o mínimo que o Estado provê/garante. Agradece, pois, ao Estado-Pai pelas condições de miséria, perversão nas quais se encontra. Temos, então, o imaginário de um sujeito político que desliza para o assistencial. Daí a reivindicação eu quero que ele receba (B1) / o que eu recebo ajuda apesar de... (B4). Quando ela reivindica, inscreve-se na discursividade oficial do Estado. Aliás, a reivindicação aqui é um simulacro, uma simulação do discurso político – “uma cópia de cópia, um ícone infinitamente afrouxado [...] uma imagem sem semelhança” (DELEUZE, 1974, p. 263). Como discursivizado aqui, esse assistencialismo sugere uma relação política de dependência entre o Estado e seus beneficiários, e daí o reforço às diferenças de classe, à manutenção da posição-sujeito-beneficiária como refém do Estado e à limitação da assistência a quem dela necessita. Além disso, é opressor. Opressor à medida que se distancia, por um lado, da intenção de fazer justiça e, por outro, da vontade de alienar os necessitados/assistidos. Pouco é dado e isso inviabilizaria essa posição-sujeito de buscar sua cidadania, afundando-se cada vez mais na improvável inclusão social. Daí, novamente, o grande equívoco: reduzir essa política pública à sobrevivência do indivíduo, ao criar severas relações de subserviência ao Estado protetor/garantidor, camufladas no assistencialismo político. Ao mostrar o funcionamento discursivo das sequências, verificamos que é possível ligar as discursividades a aspectos do significado dos textos, uma vez que não é difícil compreender que a circulação dos sentidos nos possibilitou um modo de ver a política dos sentidos e a sociedade, produzindo identificações, equívocos e silenciamentos que se projetam no tempo e no espaço. É possível, portanto, mostrar em que direção segue o funcionamento discursivo, bem como as posições-sujeito projetadas: a do assistencialismo (da parte das beneficiárias, uma posição-sujeito de submissão, do consenso, em relação ao modo pelo qual o Estado as individualiza – da posição-sujeito assistida/necessitada, da posição-sujeito-Estado-Pai/Protetor/Provedor?). Enfim, o principal foi mostrar os gestos de interpretação – como lugar de outras discursividades. Espero, dessa forma, ter contribuído; sei, entretanto, que este estudo deixa, em aberto, muitas questões que merecem, ainda, ser discutidas em estudos posteriores. Sendo assim, coloco em evidência, aqui, o desejo de melhor definir o caminho que necessita ser percorrido, ainda que instável, movediço, mas, certamente, não menos importante, para suscitar novos gestos de interpretação.